



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS

RENATA MACHADO FREIRE

USO DO DIU (DISPOSITIVO INTRAUTERINO) COMO PRINCIPAL ALTERNATIVA DE
MÉTODO ANTICONCEPTIVO EM MULHERES DE 25 A 45 ANOS DA POPULAÇÃO
DE ITAPECERICA DA SERRA ATENDIDA NA USF MONTESANO NO ANO DE 2020.

SÃO PAULO
2020

RENATA MACHADO FREIRE

USO DO DIU (DISPOSITIVO INTRAUTERINO) COMO PRINCIPAL ALTERNATIVA DE MÉTODO ANTICONCEPTIVO EM MULHERES DE 25 A 45 ANOS DA POPULAÇÃO DE ITAPECERICA DA SERRA ATENDIDA NA USF MONTESANO NO ANO DE 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde da Família da Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Especialista em Saúde da Família

Orientação: ELISA PREZOTTO GIORDANI

SÃO PAULO
2020

Resumo

O planejamento da vida sexual e reprodutiva faz parte da rotina de uma Unidade de Saúde da Família. Os profissionais de saúde inseridos nesse contexto devem estar preparados principalmente para informar sobre os diferentes métodos anticoncepcionais, já que a orientação, não só à mulher, como também ao parceiro, é essencial no processo de escolha. Essa escolha deve ser livre e informada, discutida com a paciente e seu parceiro, e o profissional de saúde deve estar atento se esta escolha está sendo feita com base em informações corretas, atualizadas e completas.

Não deve existir a liberdade de escolha não informada. A informação deve ser completa, sobre os métodos que a paciente conhece e os que não havia considerado antes. Se for possível em grupos de planejamento familiar, tirando todas as dúvidas compartilhadas, tanto com enfermeiras quanto médicos, para que não haja erro ou arrependimento, e de preferência que sejam utilizados mais de um método, pela importância de usar sempre o preservativo para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Palavra-chave

Saúde Preventiva. Saúde da Mulher. Anticoncepção Feminina.

PROBLEMA/SITUAÇÃO

A Saúde da Mulher no trabalho da USF é um dos maiores trabalhos da Atenção Básica. As mulheres são maioria no público atendido numa Unidade de Saúde e quando não são as que marcaram consultas, são as que vêm acompanhando o esposo, filhos, netos ou são as cuidadoras de idosos.

É por essa razão que qualquer trabalho fora dessa área, (não querendo diminuir a importância das outras áreas, obviamente, que são tão importantes quanto esta) não terá um impacto tão visível a cada melhora quanto no âmbito da Saúde da Mulher. Empiricamente, no dia a dia da unidade, sabemos que os principais interesses da mulher são dúvidas a respeito de métodos anticonceptivos e doenças sexualmente transmissíveis.

Como médicos de família e comunidade em trabalho integral, devemos escutar tanto a mulher quanto as pessoas que fazem parte do seu ambiente social e familiar nos grupos de discussão, dando abertura para opiniões e dúvidas. Tudo isso deve fazer parte do empoderamento da mulher na tomada de decisão sobre seu corpo, evitando cair em armadilhas como o aborto clandestino ou os efeitos colaterais, muitas vezes até mesmo fatais, dos anticonceptivos orais combinados.

O DIU hoje em dia visto como coadjuvante, deveria ser inserido como um dos principais elementos protetores da integridade feminina, e a mulher deve ter conhecimento da amplitude da situação, adquirindo o verdadeiro direito de decidir sobre seu corpo, um direito de cidadania!

ESTUDO DA LITERATURA

O Ministério da Saúde, com o objetivo de abordar a mulher de maneira integral, formulou um guia para melhorar aspectos importantes da vida da população feminina, não apenas no que diz respeito à saúde, como também no que concerne ao ambiente onde está inserida. "A atenção em saúde sexual e em saúde reprodutiva, é uma das áreas de atuação prioritárias da Atenção Básica de Saúde. Deve ser ofertada observando-se como princípio o respeito aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos. Desenvolver esse trabalho não é tarefa simples, tendo em vista a alta complexidade que envolve o cuidado dos indivíduos e famílias inseridos em contextos diversos, onde é imprescindível realizar abordagens que considerem os aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, entre outros, como condicionantes e/ou determinantes da situação de saúde" (BRASIL, 2003).

"Contextualizando a priorização da saúde sexual e da saúde reprodutiva na Atenção Básica, vale ressaltar que entre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos na Conferência do Milênio, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2000, quatro possuem relação direta com a saúde sexual e com a saúde reprodutiva: a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; a melhoria da saúde materna; o combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças; e a redução da mortalidade infantil" (BRASIL, 2013).

O DIU faz parte desse contexto à medida em que se insere no planejamento familiar. É um método que pode trazer tanto comodidade como maior eficácia na luta da mulher sobre seu corpo e de decisão sobre seu futuro. Existem milhares de tópicos dentro da área da Saúde da Mulher, porém a chance de poder evitar o aborto clandestino e os efeitos colaterais indesejáveis dos anticoncepcionais orais combinados, por exemplo, utilizando um método simples e eficiente, chama a atenção para um elemento pouco utilizado como ferramenta de bem-estar na clínica médica.

No caderno de atenção básica da saúde sexual e reprodutiva é possível encontrar os seguintes dados: "Mudança substancial ocorreu no padrão contraceptivo, entre 1996 e 2006. Observa-se declínio da esterilização feminina, que passou de 40% a 29%, e crescimento do uso do preservativo, de 4% a 12%, entre mulheres atualmente unidas (BRASIL, 2008). A maior parte das cirurgias de esterilização feminina continua sendo associada ao parto cesáreo, apresentando o mesmo percentual (59%) na PNDS/1996 e na PNDS/2006 (BRASIL, 2008). No que diz respeito às formas de obtenção de métodos modernos, verifica-se que as farmácias continuam sendo a fonte mais importante de obtenção dos métodos hormonais (pílulas e injeções) e do preservativo. Por sua vez, os serviços de saúde do SUS são os grandes responsáveis pelo provimento da esterilização e do DIU (BRASIL, 2008)".

A Política de Atenção à Mulher surgiu numa sociedade em que ainda existe muita discriminação, pela necessidade de equidade em relação à qualidade de vida de homens e mulheres. É de conhecimento público a desigualdade social em que vivem as mulheres, estatisticamente com mais problemas de saúde e menos condições favoráveis de vida. Trabalham mais horas, executam tarefas extra-laborais, e não ganham a mesma faixa de salário de um homem ativo. Cabe aos profissionais de saúde informar, esclarecer às mulheres sobre o DIU, que inclusive "deve ser usado com cuidado e com acompanhamento rigoroso da menarca até 19 anos de idade, se ainda não tiveram filhos, porque o risco de eliminação espontânea é alto (DIAZ; PETTA; ALDRIGHI, 2005). "O DIU não é indicado para as

adolescentes que têm mais de um parceiro sexual ou cujos parceiros têm outros parceiros/parceiras e não usam camisinha em todas as relações sexuais, pois nessas situações existe risco maior de contrair doenças sexualmente transmissíveis (DST)" (BRASIL, 2003).

A orientação é essencial antes da escolha do método anticoncepcional.

AÇÕES

Na prática clínica, as principais ações devem ser em relação à informação. Através de grupos de discussão na unidade, as mulheres podem tirar dúvidas e ser informadas por profissionais preparados sobre todos os métodos anticonceptivos, com ênfase no DIU, com gráficos, mostrando o próprio DIU, demonstrando vantagens e desvantagens de seu uso, esclarecendo ao público não só feminino como masculino e acabando com os "mitos" que possam surgir durante as discussões.

Também podemos realizar um evento, com participação da própria população, informando também através de panfletos e vídeos, de maneira dinâmica, até mesmo pode ser feito um teatro em que os profissionais de saúde atuam como se fossem a mulher com dúvidas, casos hipotéticos, situações que possam chamar a atenção. É possível também reservar, uma vez por mês, um espaço na agenda para dúvidas sobre o DIU e outros métodos anticonceptivos.

RESULTADOS ESPERADOS

-Aumentar o acesso das mulheres à informação para promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde.

-Contribuir para redução da morbidade e mortalidade feminina introduzindo com mais efetividade um método anticonceptivo com poucas contraindicações e seguro do ponto de vista da anticoncepção, evitando assim abortamentos em clínicas clandestinas e os efeitos colaterais dos anticonceptivos orais combinados.

-Ampliar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde através de grupos de discussão e outras medidas práticas na USF, com profissionais de saúde qualificados da Atenção Básica.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, José Mendes; SAUERBRONN, Adolfo Vitor Dias; PETTA, Carlos Alberto. Anticoncepção hormonal oral. In: Anticoncepção[S.l: s.n.], 2005. APA.

BRASIL-Ministério da Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Plano de Ação para o período de 2004 a 2007. Brasília: DAPE, 2003.

BRASIL-Ministério da Saúde. Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília, 2008.

BRASIL-Ministério da Saúde. Assistência Integral à Saúde da Mulher: bases da ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.